

A Amazônia no pensamento da Marinha do Brasil: formulações estratégicas e atuação nos anos finais da Guerra Fria

Dilceu Roberto Pivatto Junior ^a

Resumo: O artigo consiste em compreender a Amazônia no pensamento da Marinha do Brasil, de modo que se identifiquem os debates internos da Força, as prioridades estabelecidas e as suas atribuições para a defesa da região nos anos finais da Guerra Fria. Neste sentido, entende-se que a Marinha do Brasil ampliou os debates sobre a defesa da Amazônia, na medida em que incrementou a sua presença na região entre aos anos de 1981 a 1991. Fontes utilizadas: documentos do Ministério da Marinha; monografias dos cursos da Escola de Guerra Naval; periódicos militares; literatura produzida pelos militares da Marinha; e entrevistas com ex-ministros da Marinha. A análise destas diferentes fontes permitiu a identificação das linhas de pensamento predominantes e que, conseqüentemente, influenciaram na formulação da estratégia da Marinha do Brasil para a defesa da Amazônia nos anos finais da Guerra Fria.

Palavras-chave: Amazônia; Marinha do Brasil; pensamento naval brasileiro; Guerra Fria.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nas últimas décadas, a defesa da Amazônia esteve com certa frequência entre as principais preocupações dos militares brasileiros, por se tratar de um território de grande biodiversidade e que concentra riquezas naturais,

e também por ser uma região que depende do controle e acesso de seus rios para a navegação. Estas preocupações, por parte dos militares brasileiros com a Amazônia, se intensificaram nos anos finais da Guerra Fria. Contexto em que a Marinha procurou acompanhar o movimento do

^a Doutor em Ciência Política.



Exército Brasileiro na defesa daquela região, com o propósito de contribuir com o Projeto Cilha Norte¹. Nesse sentido, o presente artigo consiste em compreender a Amazônia no pensamento estratégico da Marinha do Brasil de modo que se identifiquem os debates internos da força, as prioridades estabelecidas e as suas atribuições para a defesa da região amazônica. Para tal finalidade, dois eixos temáticos serviram de orientação neste estudo entre os anos de 1981 a 1991:

- A identificação das formas de atuação da Marinha brasileira na região amazônica por meio da intensificação das Operações Ribeirinhas;

- O correspondente aumento da presença da Marinha na Amazônia, com o propósito de controlar os rios interiores.

Desta forma, este artigo pretende responder a seguinte pergunta: em termos de pensamento estratégico, o que a Marinha do Brasil produziu sobre a Amazô-

nia entre os anos de 1981 e 1991?

No período mencionado, percebe-se que a Marinha ampliou o debate de medidas para a defesa da Amazônia, assegurando, deste modo, uma maior atenção para a região, e, por conta disso, incrementou a sua presença militar.

Entende-se que a Marinha, por conta da elevada autonomia dos militares brasileiros em formular seu pensamento estratégico, apresentou linhas próprias de pensamento para a defesa da Amazônia. Assim, o objeto central deste artigo consiste na análise dos discursos produzidos no interior das burocracias especializadas da Marinha brasileira. Por burocracias especializadas, compreendem-se as suas organizações militares e instituições de ensino que possuem capacidade própria de reprodução de determinadas linhas de pensamento. Neste sentido, estas linhas de pensamento tendem a ser publicadas de forma que consigam influenciar, direta ou indi-



retamente, na formulação das agendas ministeriais e nas políticas do Estado de maneira geral. Com isso, na medida em que a Marinha do Brasil formula determinada concepção estratégica, a análise das suas ideias produzidas torna-se necessária, uma vez que estas ideias tendem a exercer determinado grau de influência na agenda daquela instituição e, conseqüentemente, procuram influenciar diretamente nos processos decisórios envolvendo a configuração do poder naval brasileiro.

Em termos teórico-metodológicos, observa-se que a análise de ideias produzidas possibilita um melhor esclarecimento a respeito das prioridades e entendimentos adotados nas relações entre os indivíduos que compõem uma mesma instituição.² Trata-se de uma realidade que se aplica aos espaços militares de produção ideacional, tendo em vista que a formulação das políticas de defesa pode ser considerada um efeito causal das ideias debatidas nos ambientes

de construção do pensamento naval brasileiro. Neste sentido, Alexander Wendt³ enfatiza a importância de se analisar o comportamento coletivo dos indivíduos, comportamentos estes baseados em interesses e visões compartilhadas por um mesmo grupo. Desta forma, a teoria construtivista oferece os elementos para se compreender as formas com que as produções ideacionais influenciam nas tomadas de decisão, e isso inclui os militares e o estabelecimento daquelas que deveriam ser as prioridades da Marinha do Brasil na Amazônia.

Interesses são constituídos por ideias e a constituição do poder advém destes interesses compartilhados através de instituições capazes de difundi-los. Do contrário, sem a institucionalização das ideias é impossível a identificação dos objetivos a serem implementados. Com isso, compreende-se que o processo de institucionalização das ideias reflete em ações e delimitações associadas a uma cultura basea-



da em convicções construídas estruturalmente.⁴ Em outras palavras, a institucionalização das ideias em debate depende de mecanismos de propagação, que proporcionem o impacto das mesmas nos setores burocráticos e espaços decisórios – seja na criação de determinada agenda política, ou então, na formulação de um novo pensamento estratégico. No caso da Marinha nacional, a instituição proporcionou a existência de uma elite militar capaz de compartilhar uma identidade, com características e interesses próprios.

Identidade que, apesar de não representar um grupo com pensamento homogêneo, aproxima diferentes propostas estratégicas através da institucionalização das mesmas. Portanto, é comum que algumas das ideias identificadas nos debates sejam incorporadas gradativamente no processo de formulação da estratégia naval brasileira. Acontece que no decorrer dos anos as ideias produzidas e debatidas tendem a ser reavaliadas, e posteri-

ormente aplicadas, conforme o estabelecimento de novas concepções político-estratégicas. Neste caso, os conceitos militares em uso e doutrinas até então empregadas, quase que inevitavelmente, passam por processos de reorientações de cunho estratégico e operacional.

A partir desta perspectiva teórica, baseada nas produções ideacionais, a metodologia empregada neste artigo foi qualitativa e de análise documental, com a utilização: de documentos oficiais produzidos pelo Ministério da Marinha; das monografias dos alunos/militares da Escola de Guerra Naval (EGN); de periódicos profissionais de circulação nos meios militares; e de entrevistas com oficiais-generais da Marinha⁵, os quais participaram do processo de formulação da estratégia da Marinha para a região amazônica. Vale agregar, como fonte, as produções de um periódico da Marinha brasileira em especial e que publica o



“debate” existente no interior dessas organizações: a *Revista Marítima Brasileira*. Ademais, entre os principais documentos oficiais utilizados, destaque para: os relatórios anuais produzidos pelo Ministério da Marinha (de 1981 a 1991). Desta forma, a diversificação destas fontes empregadas possibilitou uma análise mais aprofundada a respeito das produções ideacionais presentes nos diferentes espaços da Marinha do Brasil.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa e de análise documental, optou-se pela utilização do modelo analítico de Benjamin M. Jensen⁶. Para o autor, as mudanças organizacionais militares e suas implicações nas políticas de defesa passam por complexos processos, que não poderiam ser compreendidos se analisados somente através das burocracias formais. A geração de novas ideias depende da criação de redes de conhecimento e mecanismos institucionais que não se

limitam aos espaços decisórios do Estado.

No caso dos militares brasileiros, esses espaços de produções ideacionais atuam de forma complementar nos processos de formulação da estratégica e das políticas de defesa. Com isso, entende-se por *incubadoras* os espaços informais – na qual se estabelecem além das dependências hierárquicas militares – e que funcionam enquanto mecanismos institucionais que possibilitam reimaginar as forças armadas e a forma de se fazer a guerra. Por sua vez, as *redes de advocacy* atuam, de forma paralela e combinada, com as incubadoras ao estabelecerem espaços para que as ideias formuladas circulem e assim possam ser pulverizadas nos diferentes ambientes da instituição militar. Destaca-se neste caso, a capacidade destas redes de influenciar na geração de novas percepções e na promoção de mudanças no interior das instituições militares – inicialmente, nas instituições militares de formação do oficiala-



to e, posteriormente, influenciando na criação de novas agências político-estratégicas⁷.

Neste sentido, a Escola de Guerra Naval atua enquanto *incubadora* de ideias, tendo em vista seu papel na formação dos novos oficiais superiores que pretendem se tornar almirantes (oficiais-generais). Ademais, as revistas militares especializadas servem de redes de *advocacy* na medida em que ampliam a circulação de ideias propositivas a respeito de determinado tema. E por fim, com a intenção de diversificar as fontes, as entrevistas com os ex-ministros e ex-comandantes da Marinha, evidentemente inseridos neste processo, potencializaram as informações levantadas, ao confirmar a continuidade e/ou as mudanças de pensamento na Marinha brasileira sobre a Amazônia no período analisado.

A MARINHA DO BRASIL NA AMAZÔNIA: MEDIDAS PARA O CONTROLE DAS PRINCIPAIS VIAS FLUVIAIS

As primeiras incursões no rio Amazonas remontam o período colonial brasileiro e a atuação da Marinha Portuguesa na região. Iniciativas estas que se intensificaram com o Brasil independente e com a criação de uma pequena força fluvial para atuar no cenário amazônico. De acordo com o ex-ministro da Marinha, almirante-de-esquadra Mauro Cesar Rodrigues Pereira, sempre foi de conhecimento, por parte dos governos brasileiros, a intenção de manter abertas as vias fluviais tendo em vista as limitações de infraestrutura das estradas no Amazonas – enfatizando assim a importância da construção da estrada Transamazônica. E ainda, conforme o almirante Mauro Cesar, naquela região o que realmente funciona são os rios, afirmando que “[...] uma via fluvial bem construída poderia ser um meio de trans-



porte menos poluente que qualquer outro”⁸.

Contudo, e apesar dos interesses históricos mencionados, a Marinha realmente intensificou suas ações de presença na região amazônica a partir dos anos de 1980, por meio de medidas que se deram tendo em vista as transformações conjunturais delimitadas pelo final da Guerra Fria, e o surgimento de novas ameaças, que, de certa maneira, tinham relação com o aumento dos interesses de internacionalização da Amazônia por parte das potências militares Ocidentais.

Neste sentido, a preparação do poder naval brasileiro, entre os anos de 1980 e início da década de 1990, manteve uma finalidade defensiva. E que apontava, sobretudo, para a integridade terrestre e marítima do Brasil em um cenário de ameaças não delimitadas, pautadas apenas em hipóteses de conflito. Com isso, a Marinha pensou sua estratégia a partir de quatro cenários diferentes:

- de *contenciosos com grandes potências*, que poderiam agir unilateralmente tendo como justificativa as questões de proteção ambiental – e que seriam nada mais nada menos que uma forma de se ter acesso aos recursos naturais do país;

- de *conflitos regionais*, que exigiriam a capacidade de projeção do poder naval/aeronaval e anfíbio – com este segundo cenário fazendo com que a Marinha repensasse a sua capacidade de mobilidade das forças terrestres, bem como a capacidade de transporte e desembarque destas forças com rapidez, para assim prover apoio de fogo e logístico;

- de *conflitos fronteiriços irregulares*, na qual o Brasil seria ameaçado por ações irregulares originárias dos países vizinhos, por conta de conflitos internos ou atividades ilícitas – guerrilha, produção e tráfico de drogas, contrabando; e

- para as *questões de ordem interna* que, no caso da Amazônia, previa o combate de possíveis focos guerrilheiros e na ne-



cessidade de transporte hidrográfico nas regiões fluviais navegáveis, atuando de modo conjunto com o Exército brasileiro⁹.

Com isso, para além da sua presença no Atlântico Sul, a partir dos anos de 1980, os cenários fluviais e ribeirinhos tornaram-se mais relevantes estrategicamente no pensamento naval brasileiro. No 4º Distrito Naval, correspondente à região amazônica naquele período, enfatizou-se uma maior aproximação da Marinha com o Exército. Principalmente nas operações conjuntas e de transporte de tropas do Exército pela Marinha, com o objetivo de ocupar e controlar as áreas ribeirinhas – operações estas que nem sempre contavam com a atuação dos fuzileiros navais¹⁰.

Se por um lado o teatro amazônico proporcionava boas relações entre a Marinha e o Exército, por outro, existiam reclamações da Marinha sobre a indisponibilidade de aeronaves por parte da Força Aérea Brasileira (FAB). Por exemplo, em

1987 a FAB não disponibilizou aeronaves para o transporte dos fuzileiros navais da Esquadra, e do equipamento e material necessário, para as operações fluviais da Amazônia daquele ano, resultando assim em algumas limitações operacionais¹¹. Para a Marinha, este episódio, inserido em uma situação de real combate, poderia comprometer gravemente a atuação da Marinha e do Exército na área.

A região de fronteira brasileira, se referindo especialmente à Amazônia, é entendida pela Marinha como uma região de ameaças de baixa intensidade. Neste sentido, o almirante Mario Cesar Flores¹² destacou que os conflitos fronteiriços irregulares afetariam mais o Exército e a Força Aérea do que a Marinha. Realidade esta que implicaria, segundo o almirante Flores, na necessidade de a Marinha se preparar para operar isoladamente ou em cooperação com outras forças militares na região. Mais precisamente, esta cooperação poderia acontecer com o



Exército e a Força Aérea, ou então, com as forças policiais nas regiões fronteiriças cuja configuração fluvial permitisse o uso de navios/embarcações e o emprego de táticas envolvendo tripulações profissionais da Marinha. De modo geral, a Amazônia, com seus acessos fluviais, é uma região que gerou e continua gerando preocupações para a Marinha, com isso podendo ser percebido na orientação básica da força em referência ao controle das águas interiores do país. Tanto é que a segurança das instalações e meios relacionados com o transporte hidroviário foram inseridos nas questões de segurança interna, prevendo-se neste caso a capacitação da Marinha de realizar operações antiguerrilha em áreas fluviais¹³.

Considerando os elementos estratégicos mencionados, entende-se que as forças brasileiras de emprego fluvial naquele contexto eram insuficientes, e que enfrentavam limitações e deficiências por conta da obsolescência da maioria dos seus navios.

Realidade que conforme o Estado-Maior da Armada era uma consequência da demora no recebimento de peças sobressalentes para a manutenção destas embarcações fluviais¹⁴. As embarcações de apoio logístico apresentavam desgastes e fragilidade nos seus sistemas de propulsão, o que impossibilitava estes navios de alcançarem altas velocidades¹⁵.

Desta forma, naquele cenário fluvial de atuação da Marinha, identificou-se uma série de deficiências no preparo de suas forças envolvendo a capacidade de transportes táticos e logístico, meios de comunicação, e dos sistemas instalados nas embarcações empregadas no 4º Distrito Naval. Limitações estas que eram identificadas na medida em que aumentava a frequência das Operações Ribeirinhas realizadas na Amazônia¹⁶. Com isso, é importante destacar que estas operações, além de preparar os meios fluviais, pretendiam também levantar informações relevantes a respeito dos diversos rios da



região amazônica. Lembrando também que a crescente presença da Marinha brasileira na região amazônica serviu para sustentar, por parte da Marinha, uma série de insatisfações envolvendo a sua dependência logística com a FAB na realização de determinados exercícios fluviais, assim como acontecia em alguns exercícios marítimos no Atlântico Sul¹⁷.

Com efeito, afirmou-se que o dimensionamento destas forças da Marinha na Amazônia não precisaria ser de grande porte. Entendia-se que a mobilidade naval permitiria, caso fosse necessário, o reforço da região com as unidades de Fuzileiros Navais de outros Distritos Navais – distritos navais que também poderiam mobilizar embarcações e helicópteros para diferentes áreas. E, portanto, as lanchas de diversos portes serviam para os exercícios de policiamento e patrulhamento em águas próximas aos portos e interiores fluviais. Ademais, se tratavam de elementos estratégicos que justificavam

a disposição de uma Força Fluvial na Amazônia composta pelos navios-patrolha da Flotilha do Amazonas. Com isso, compreendia-se, com certa naturalidade, a importância do uso de embarcações civis nas regiões fluviais para o transporte de pessoal e material militar, assim como de combustível e insumos alimentícios em geral. Deste modo, as embarcações menores foram direcionadas para o patrulhamento e deslocamento tático de frações de tropas na região. Tanto é que a garantia de acesso dos rios, para a mobilização de tropas e transporte de suprimentos, tornou-se algo indispensável para a atuação da Marinha na Amazônia, considerando que eram – e continuam sendo – poucas e quase inexistentes as estradas na região amazônica¹⁸.

Nos anos finais de 1980, a Marinha procurou acompanhar o movimento do Exército Brasileiro em direção à Amazônia, de forma que conseguisse contribuir de maneira geral com a presença/atuação dos militares brasi-



leiros na região amazônica. Neste contexto, o Projeto Calha Norte era um dos principais referenciais no sentido de fornecer as linhas centrais de ação / orientação e propósitos a serem alcançados pelos militares na Amazônia. Entretanto, é importante lembrar que o Projeto Calha Norte surgiu de uma série de estudos do Conselho de Segurança Nacional realizados no ano de 1985¹⁹ e que, portanto, seus objetivos foram delimitados nos anos correspondentes ao final da Guerra Fria. Ademais, torna-se impossível compreender a atuação da Marinha brasileira na Amazônia sem destacar os objetivos do Projeto Calha Norte, que pretendiam promover uma maior integração da região amazônica ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas com o restante do país. De modo geral, o projeto previu inicialmente: um aumento da presença militar na região; a ampliação das infraestruturas viárias; e a interiorização dos polos de desenvolvimento econômico do país. E, no plano polí-

tico-estratégico o projeto estabeleceu – e manteve este propósito ao longo dos anos – a necessidade de se reforçar a presença militar brasileira, principalmente, nas regiões fronteiriças e que apresentavam algum tipo de vulnerabilidade²⁰ em termos de segurança e defesa do território brasileiro²¹.

Neste sentido, com relação ao controle dos principais rios da Amazônia, o ex-comandante da Marinha (2003-2006), almirante-de-esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, em entrevista, declarou que há uma frase que a Marinha habitualmente gosta de citar: “Quem controla o rio, controla a margem”. Afirmando, desse modo, que, para qualquer atividade a ser desempenhada na Amazônia, o uso dos rios é indispensável, e a Marinha deveria cumprir este papel²². Esta realidade fez com que a Marinha inserisse a Amazônia em seu planejamento estratégico, dedicando assim uma maior atenção para que conseguisse assegurar a proteção e, conseqüentemente, o



controle das principais calhas fluviais de acesso para a região amazônica. Com isso, percebe-se que a Amazônia esteve no pensamento político-estratégico da Marinha, de forma mais recorrente, desde o início dos anos de 1980, em um momento que a força apresentava os primeiros indicativos para a diversificação das suas capacidades e ampliação dos cenários de atuação do poder naval brasileiro²³. A configuração de uma Marinha para atuar em águas marrons, tornava-se assim uma das capacidades a serem ampliadas na Marinha do Brasil e, por conta disso, previu-se um incremento de sua presença nos rios interiores do país, em especial, da região amazônica.

AS OPERAÇÕES RIBEIRINHAS E AS FORÇAS DE EMPREGO FLUVIAL NA REGIÃO AMAZÔNICA

Com relação ao preparo das forças para o emprego fluvial, antes de iniciar a análise desde

elemento do pensamento da Marinha do Brasil, é importante mencionar antecipadamente que em águas fluviais, na Amazônia e também no Pantanal, conforme a estrutura militar de guerra brasileira, as operações fluviais são consideradas um Teatro de Operações Terrestres (TOT). Desta forma, a força fluvial da Marinha, que atua nestes dois cenários, torna-se uma força componente do TOT comandado por um oficial-general do Exército. Assim, estabeleceu-se que em águas fluviais a Marinha do Brasil terá uma força componente subordinada a um comandante do Exército²⁴. Neste sentido, e de acordo com Alexandre Jauhar Cardoso, as operações ribeirinhas realizadas na Amazônia e também no Pantanal combinam as diferentes características de operações terrestres, navais e aéreas – algo que inevitavelmente demanda o emprego de táticas e técnicas específicas, bem como a organização de equipamentos adaptados para aquele ambiente²⁵.



Especificamente sobre as operações ribeirinhas, em 1989 foram realizados estudos por um Grupo de Trabalho formado pelo 4^a Distrito Naval e pela Flotilha do Amazonas, com o propósito de avaliar a condução dessas operações na região amazônica. Avaliou-se nestes estudos todos os aspectos situacionais da região, com o objetivo de aprimorar a doutrina e os procedimentos nesse tipo de operações. A partir dos resultados destes estudos, salientou-se a necessidade de obtenção e/ou construção de um número maior de meios fluviais de transporte de tropas para o 4^o Distrito Naval. Ademais, destacou-se também a capacidade de transporte dos helicópteros empregados pela Marinha, que poderiam transportar 13 homens armados e equipados nas regiões da Amazônia – região esta avaliada pela Força de Fuzileiros da Esquadra como uma área de características peculiares²⁶. Nesse sentido, em 1990, a Escola de Guerra Naval participou do I Ciclo de Estudos Militares da Esco-

la de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Durante este evento, foi debatida a realização de exercícios envolvendo o emprego de uma força-tarefa anfíbia composta pelos três ramos das forças armadas. Na simulação de cenários, previu-se entre as escolas de altos estudos militares – a ECEME, a Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR) e a EGN – a realização de exercícios conjuntos, estabelecendo-se assim o que deveriam ser os “Fundamentos do Planejamento de uma Operação Anfíbia” para uma atuação brasileira interforças²⁷.

Conforme assinalou o almirante Mário Cesar Flores, as preocupações com a Amazônia estiveram presentes no pensamento naval brasileiro durante os últimos cinquenta anos. Manifestando que a Marinha do Brasil esteve preocupada com a sua presença na Amazônia muito antes do período em que ele havia sido ministro da Marinha (1990-1992) durante o governo Collor. E, quando ocupava a pasta, Flo-



res prestou atenção para aquilo que ele chamou de “ação parapolicial para controlar as vias fluviais da região”. Sendo assim, e considerando o fato de que a Marinha não havia tido qualquer problema realmente militar na região, manteve-se a ideia de que o patrulhamento naval deveria ser constante para satisfazer as necessidades de segurança daquela região²⁸. Inclusive, nesse sentido, aumentaram, de maneira geral, as produções ideacionais a respeito de qual deveria ser o pensamento político-estratégico da Marinha para a Amazônia, bem como observou-se a forma de se operar naquela região envolvendo o emprego dos fuzileiros navais.

Nos anos de 1980, percebe-se na Marinha um maior direcionamento das atenções para o aprestamento das forças para emprego fluvial²⁹, com os debates produzidos abordando quais deveriam ser as características dos navios para o transporte de tropas na região amazônica. Isso porque os meios fluviais empre-

gados, naquele momento, não atendiam as necessidades de mobilização da Marinha do Brasil, o que limitava a sua atuação quando se tratava das águas interiores pertencentes ao 4º Distrito Naval.

Entendia-se, dessa forma, que o transporte de tropas nas corvetas e navios de patrulha fluvial tornavam a tropa exposta ao tempo e totalmente vulnerável a ataques vindos tanto das margens quanto de outras embarcações³⁰. Em entrevista, Mário Cesar Flores lembrou de um importante episódio de quando havia frequentado o curso de Comando e Estado-Maior da Marinha dos Estados Unidos, no *Naval War College*, em 1969. Nas palavras do almirante Flores:

[...] no período em que estive nos Estados Unidos, eu ouvi com certa frequência, nas conferências e por parte de alguns oficiais americanos que tinham experiência no [conflito do] Vietnã, um forte debate sobre os conflitos fluviais [daquela guerra].



[...] Os militares americanos mostravam que o conflito nos rios não era entre navios armados, até porque os vietnamitas naquele momento não tinham navios³¹.

Neste sentido, Mário Cesar Flores afirmou que nos cenários de conflito fluvial durante a Guerra do Vietnã, o emprego de navios concentrou-se no transporte de pequenas tropas terrestres que eram desembarcadas e, a partir de então, seguiam as operações em terra. Este pensamento estratégico-operacional modificou a forma de a Marinha brasileira pensar as operações fluviais. Com isso, quando se fala em treinamento da Flotilha do Amazonas, fala-se em operações fluviais, com estas operações podendo ser realizadas com os fuzileiros navais e/ou com as forças do Exército. E ainda, de acordo com Flores, estabeleceu-se que as operações de guerra em si aconteceriam em terra, ficando sob responsabilidade dos navios o transporte e a garantia de apoio logístico, desconside-

rando-se desta forma a hipótese de um conflito entre navios para o controle dos rios³².

Com efeito, apontou-se para o fato de existirem limitações financeiras na Marinha que refletiam diretamente na redução dos efetivos nas Operações Ribeirex realizadas na Amazônia. Limitações financeiras que devem ser inseridas no contexto de crise econômica do Brasil, entre os anos de 1980 e 1990, e que foram sentidas com maior intensidade nos anos iniciais da década de 1990. Entretanto, esta realidade não impediu necessariamente a participação da Força de Fuzileiros da Esquadra nos exercícios realizados na região amazônica, com os seus efetivos sendo dimensionados muito mais em função da disponibilidade do transporte aéreo prestado pela FAB. Neste contexto, o 4º Distrito Naval manteve a realização de duas Operações Ribeirinhas no Estado do Amazonas: a Operação Leão no Rio Solimões, nas proximidades de Manacapuru; e a Operação Ribeirex Amazonas,



nas proximidades de Itacoatiara³³. Estas operações, de certa maneira, serviram de resposta para os debates internos que se intensificavam a respeito das atividades a serem desenvolvidas pela Marinha na Amazônia, especialmente, em decorrência da presença de forças militares extrarregionais nos países amazônicos que fazem fronteira com o Brasil³⁴.

De toda forma, fato é que o final da Guerra Fria fez com que as Forças Armadas repensassem a estratégia de Defesa Nacional, e por conta disso o cenário amazônico recebeu maior atenção por parte dos militares brasileiros. Em particular, a Marinha enfatizou a importância do controle das águas interiores do país, com a utilização de navios pequenos e de embarcações de portes diversos, em número suficiente, para o patrulhamento dos rios e atuação em situações críticas de conflito.

Além da utilização destas embarcações, a atuação da Marinha não se restringiu ao patrulhamento fluvial, ao empregar

também helicópteros de apoio naval. Helicópteros estes que estendiam o raio operacional da Marinha nas áreas mais restritas e de difícil acesso da região. E, em relação à proteção das instalações e meios de transporte hidroviário, o emprego das forças navais inseriu o Corpo de Fuzileiros Navais nas operações em ambiente fluvial para a neutralização de eventuais ações de guerrilha.

Assim, os fuzileiros navais poderiam contribuir com as operações realizadas pelo Exército brasileiro naquele ambiente. Entendia-se que a capacidade anfíbia conseguiria atuar de forma combinada com a capacidade logística e de mobilidade da Marinha, e também de acordo com as características singulares de combate na Amazônia³⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, a imprensa especializada da Marinha e as monografias dos cursos de altos estudos militares da EGN



se tornam fontes reveladoras da formulação do pensamento da Marinha para a Amazônia. Tanto os artigos publicados nos periódicos consultados quanto às monografias publicadas na EGN foram o resultado de estudos produzidos por autores militares, inseridos no cotidiano da Marinha do Brasil. Assim, estas produções militares proporcionaram uma melhor compreensão das ideias e debates produzidos entre os militares brasileiros. Após o acesso e mapeamento destas produções ideacionais, os textos selecionados revelaram as principais linhas de pensamento a respeito do papel da Marinha brasileira na defesa da Amazônia. Desta forma, os documentos consultados neste artigo indicaram determinada sintonia de seus respectivos conteúdos oficiais com aquilo que se debatia na imprensa militar especializada e nos estudos realizados na Escola de Guerra Naval.

A partir dos textos selecionados, foi possível identificar que os debates produzidos serviram de subsídio e que seus conteúdos se tornaram complementares em relação às decisões internas da Marinha do Brasil que envolveriam a sua presença e atuação no cenário amazônico. Contudo, é importante salientar que o objeto analisado neste artigo merece ainda um estudo mais aprofundado, por meio da análise de uma maior variedade e quantidade de fontes.

Ademais, os elementos da teoria construtivista contribuíram para a análise das produções ideacionais utilizadas neste artigo, ao destacar a função dos espaços de gestação de ideias direcionadas para a formulação da estratégia da Marinha para a Amazônia. Com isso, entende-se que as instituições de ensino e de formação de oficiais-superiores atuaram enquanto espaços de interação, especialmente, entre os atores identificados com a elaboração daquelas que seriam as novas e predominantes linhas



de pensamento dentro da Marinha, e que serviriam de referência para a elaboração da estratégia naval brasileira. A confirmação desta interação é verificada na convergência dos debates nos diferentes ambientes da Marinha. É o caso dos artigos citados e que foram publicados nas revistas militares, bem como as monografias dos cursos de altos estudos militares da EGN com o conteúdo dos documentos oficiais produzidos no âmbito do Ministério da Marinha.

Fato é que as transformações conjunturais, delimitadas pelos anos finais da Guerra Fria e a configuração de um novo sistema internacional, fez com que a atuação da Marinha fosse repensada, na medida em que eram avaliadas aquelas que poderiam ser as novas ameaças resultantes destas mudanças de contexto.

Utilizando-se de uma perspectiva defensiva a respeito da Amazônia, percebe-se naquele contexto que a preocupação inicial da Marinha consistiu em sua capacitação para que conseguisse

manter abertas as vias fluviais da região amazônica.

Assim, os cenários terrestres/fluviais e ribeirinhos tornaram-se gradativamente mais relevantes no pensamento naval brasileiro. E isso fez com que a Marinha se aproximasse mais dos demais ramos das Forças Armadas brasileiras no cenário amazônico, principalmente, do Exército e sua presença naquela região. Neste sentido, e por influência da avaliação dos militares norte-americanos sobre os conflitos fluviais e suas lições decorrentes da Guerra do Vietnã, as operações ribeirinhas realizadas pela Marinha brasileira introduziram a ideia de que em ambiente de selva e rios, os conflitos não aconteceriam entre navios armados.

A partir desta concepção estratégica, salientou-se a necessidade de aquisição e/ou desenvolvimento de meios fluviais para o transporte e desembarque de tropas, bem como para o transporte de armamentos e equipamentos de modo que as



operações militares recebessem o apoio logístico necessário.

Para a Marinha, o Projeto Calha Norte, desde a sua criação, tornou-se referencial ao informar as linhas centrais de ação militar na Amazônia em meio a um processo de ampliação dos cenários de atuação do poder naval brasileiro. A gradual presença da Marinha do Brasil na Amazônia tornou evidente a sua crescente preocupação em capacitar-se para operar em águas marrons.

A partir deste processo, a Marinha brasileira, ao formular sua estratégia, passou a direcionar determinada atenção para as ameaças de baixa intensidade e os conflitos irregulares em ambiente de selva, sem necessariamente descartar a possibilidade de um conflito regular de maiores proporções, em meio a uma hipotética presença militar de outros países na região. Com isso, e gradativamente, procurou-se desempenhar a proteção da Amazônia de acordo com uma concepção defensiva não apenas

da Marinha brasileira, mas a partir de uma avaliação situacional compartilhada entre os três ramos das Forças Armadas, e que aproximaria definitivamente as suas correspondentes formulações estratégicas para a região.

A convergência das concepções estratégicas das três Armas contribuiu no sentido de reforçar a ideia de que era necessário estabelecer certa complementariedade das capacidades entre as forças armadas, de modo que se implementasse uma estratégia condizente com as demandas para a defesa daquela parte do território brasileiro. Desta forma, a proximidade das fronteiras, sobretudo, da tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia, sustentou a importância de uma maior presença da Marinha, especialmente em termos de instalações e edificações, para que a sua atuação se tornasse mais ágil e assim correspondesse aos critérios e demandas envolvendo um maior aprestamento das forças de emprego fluvial na Amazônia.



Em linhas gerais, a Marinha procurou concentrar suas atenções para a configuração de um poder naval balanceado com capacidades diversificadas com o propósito de atuar em águas azuis, verdes e marrons. Para tanto, pretendeu-se alcançar, ainda que sem muita previsibilidade, aquela que deveria ser uma Marinha de capacidades tanto oceânicas quanto fluviais, para operar no Atlântico Sul e também nos rios interiores do país, com certa prioridade sendo reservada para a Amazônia.

FONTES PRIMÁRIAS

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. *Entrevista realizada com o ex-chefe da Divisão de Política e Planejamento Estratégico do Estado-Maior da Armada (2000-2003)*, capitão-de-mar-e-guerra Francisco Eduardo Alves de Almeida. Rio de Janeiro, 13 de junho de 2019.

BRASIL. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. *Manual de Operações Ribeirinhas*. (MD33-M-

15). Brasília: Ministério da Defesa, 2020b.

CARVALHO, Roberto de Guimarães. *Entrevista realizada com o ex-comandante da Marinha do Brasil (2003-2006)*, Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho. Rio de Janeiro, 18 de julho de 2019.

FLORES, Mário Cesar. *Entrevista realizada com o ex-ministro da Marinha do Brasil (1990-1992)*, almirante-de-esquadra Mário Cesar Flores. Rio de Janeiro, 15 de julho de 2019.

MARINHA DO BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. CGCFN-2500. *Manual de Ações Navais nas Operações Ribeirinhas*. Rio de Janeiro, 2005.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1981*. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1984*. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1985*. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1987*. Arquivo da Marinha.



MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1988*. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1989*. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1990*. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1991*. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1993*. Arquivo da Marinha.

PEREIRA, Mauro Cesar Rodrigues. *Entrevista realizada com o ex-ministro da Marinha do Brasil (1995-1998)*, almirante-de-esquadra Mauro Cesar Rodrigues Pereira. Rio de Janeiro, 20 de junho de 2019.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de; MOREIRA, William de Souza (Orgs.). *Estudos Marítimos: visões e abordagens*. São Paulo: Humanitas, 2019.

CARDOSO, Alexandre Jauhar. *As ações desencadeadas pela Marinha do Brasil nas operações combinadas na Amazônia Ocidental*. Escola de Guerra Naval. Monografia do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (CEMOS). Biblioteca da Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 2008.

FLORES, Mário Cesar. *Bases para uma política militar*. Campinas: Unicamp, 1992.

FLORES, Mário Cesar. O preparo da Marinha nos anos 90. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 110, n. 1/3, pp. 13-42, jan./mar. 1990.

GOLDSTEIN, Judith; KEOHANE, Robert (Orgs.). *Ideas and foreign policy: beliefs, institutions, and political change*. Ithaca/London: Cornell University Press, 1993.

JENSEN, Benjamin. *Forging the sword*. Doctrinal change in the U.S. Army. Stanford: Stanford University Press, 2016.

MARQUES, Adriana Aparecida. *Amazônia: pensamento e presença militar*. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Políti-



ca. Universidade de São Paulo, 2007.

PIVATTO JÚNIOR, Dilceu Roberto. *A construção do pensamento naval brasileiro: formulações político-estratégicas e desenvolvimento tecnológico (1967-2008)*. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, março de 2024.

SANTOS, Antônio Carlos Tourinho. *O Projeto Calha Norte*. Escola de Guerra Naval. Monografia do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM). Rio de Janeiro/1989. Arquivo da Marinha, n. 70.775, caixa: 188.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *A Evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

WENDT, Alexander. *Social theory of international politics*. New York: Cambridge University Press, 2003.

WENDT, Alexander. *The agent-structure problem in International Relations theory*. International Organization, v. 41, n. 3, pp. 335-370, Summer, 1987.

NOTAS

¹ A atuação da Marinha do Brasil na Amazônia compõe parte do Projeto Calha Norte, o qual pretende promover uma maior integração da região amazônica ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas com o restante do país. Em síntese, o Projeto Calha Norte prevê: um aumento da presença militar na região; a ampliação das infraestruturas viárias; e a interiorização dos polos de desenvolvimento econômico do país. E, no plano estratégico o projeto estabeleceu – e manteve este propósito ao longo dos anos – a necessidade de se reforçar a presença militar brasileira, principalmente, nas regiões fronteiriças e que apresentam algum tipo de vulnerabilidade em termos de defesa do território brasileiro.

² GOLDSTEIN, Judith; KEOHANE, Robert (Orgs.). *Ideas and foreign policy: beliefs, institutions, and political change*. Ithaca/London: Cornell University Press, 1993, p. 3-8.

³ WENDT, Alexander. *The agent-structure problem in International Relations theory*. International Organization, v. 41, n. 3, pp. 335-370, Summer, 1987.

⁴ WENDT, Alexander. *Social theory of international politics*. New York: Cambridge University Press, 2003, p. 104-122.



⁵ Por conta da pesquisa para a elaboração da tese de doutorado, em 2019, o autor deste artigo foi aluno/pesquisador na Escola de Guerra Naval (EGN). Este período de estudos/pesquisa proporcionou uma importante aproximação deste autor com as autoridades da Marinha do Brasil. Portanto, as entrevistas utilizadas neste artigo, com ex-ministros da Marinha, foram realizadas neste período de estudos na Escola de Guerra Naval.

⁶ De modo geral, observa-se que Benjamin M. Jensen utilizou a ideia de incubadoras e a constituição de grupos – as redes de *advocacy* – para a promoção de determinadas ideias com o objetivo de analisar alguns dos aspectos doutrinários do Exército dos Estados Unidos, e neste caso o autor não pretendia universalizar estes mecanismos institucionais como se estivesse apresentando uma teoria. Contudo, é possível perceber a influência destes espaços ideacionais separados das burocracias formais quando se tratando das mudanças de doutrina e de pensamento militar em outras Forças Armadas. E, portanto, compreende-se que o modelo de análise de Jensen pode ser utilizado para a análise do pensamento da Marinha brasileira, dada a existência destes mecanismos institucionais. Ver JENSEN, Benjamin. *Forging the sword*.

Doctrinal change in the U.S. Army. Stanford: Stanford University Press, 2016.

⁷ JENSEN, op.cit., p. 142.

⁸ PEREIRA, Mauro Cesar Rodrigues. *Entrevista realizada* com o ex-ministro da Marinha do Brasil (1995-1998), almirante-de-esquadra Mauro Cesar Rodrigues Pereira. Rio de Janeiro, 20 de junho de 2019.

⁹ FLORES, Mário Cesar. O preparo da Marinha nos anos 90. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 110, n. 1/3, pp. 13-42, jan./mar. 1990, p. 13-20.

¹⁰ MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1987*. Arquivo da Marinha, p. II-29.

¹¹ *Ibidem*, p. II-37.

¹² FLORES, 1990, op.cit., p. 13-42.

¹³ *Ibid*, p. 19-22.

¹⁴ MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1985*. Arquivo da Marinha, p. I-09.

¹⁵ *Ibid.*, p. I-09.

¹⁶ Em 1985, foram realizadas no 4º Distrito Naval três Operações Ribeirinhas, sendo duas de menor porte (Leão I e II) e outra de maior envergadura envolvendo a Força de Fuzileiros Navais da Esquadra (Ribeirex). Ver MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1985*. Arquivo da Marinha, p. II-27.



¹⁷ Ibid., p. II-27.

¹⁸ FLORES, 1990, op.cit., p. 33.

¹⁹ MARQUES, Adriana Aparecida. *Amazônia: pensamento e presença militar*. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política. Universidade de São Paulo, 2007, p. 157.

²⁰ Algumas das vulnerabilidades identificadas nas fronteiras brasileiras: (i) a existência/presença de grupos guerrilheiros na Guiana, Colômbia, Suriname e Bolívia; (ii) disputas territoriais entre Peru e Equador; e (iii) a possibilidade de Venezuela e/ou Guiana reverem suas fronteiras com o Brasil. Ver: MARQUES, op.cit., 2007, p. 159.

²¹ MARQUES, op.cit., 2007, p. 157.

²² CARVALHO, Roberto de Guimarães. *Entrevista realizada com o ex-comandante da Marinha do Brasil (2003-2006)*, Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho. Rio de Janeiro, 18 de julho de 2019.

²³ PIVATTO JÚNIOR, Dilceu Roberto. *A construção do pensamento naval brasileiro: formulações político-estratégicas e desenvolvimento tecnológico (1967-2008)*. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, março de 2024, p. 253-267.

²⁴ ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. *Entrevista realizada com o ex-*

chefe da Divisão de Política e Planejamento Estratégico do Estado-Maior da Armada (2000-2003), capitão-de-mar-e-guerra Francisco Eduardo Alves de Almeida. Rio de Janeiro, 13 de junho de 2019.

²⁵ CARDOSO, Alexandre Jauhar. *As ações desencadeadas pela Marinha do Brasil nas operações combinadas na Amazônia Ocidental*. Escola de Guerra Naval. Monografia do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (CEMOS). Biblioteca da Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 2008.

²⁶ MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1989*. Arquivo da Marinha, p. II-35.

²⁷ MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1990*. Arquivo da Marinha, p. I-07.

²⁸ FLORES, Mario Cesar. *Entrevista realizada com o ex-ministro da Marinha do Brasil (1990-1992)*, almirante-de-esquadra Mário Cesar Flores. Rio de Janeiro, 15 de julho de 2019.

²⁹ Em 1984 o Estado-Maior da Armada criou o Comando Combinado na Amazônia; e em 1985 foi criado o Grupamento de Fuzileiros Navais de Manaus. Ver MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1984*. Arquivo da Marinha, p. VII-36ss.

³⁰ MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1987*. Arquivo da Marinha, p. I-09s.



³¹ FLORES, op.cit., 2019.

³² Ibid.

³³ MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1988*. Arquivo da Marinha, p. II-47.

³⁴ MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1993*. Arquivo da Marinha, p. I-37.

³⁵ FLORES, Mário Cesar. O preparo da Marinha nos anos 90. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 110, n. 1/3, pp. 13-42, jan./mar. 1990, p. 22.